

Senado quer funções definidas

ESTADO DE SÃO PAULO

- 3 AGO. 1990

BRASÍLIA — O Senado tem hoje de 2 mil a 4 mil funcionários em situação irregular, que desempenham atividades para as quais não foram contratados, o chamado desvio de função. O número exato não é conhecido nem mesmo pelo primeiro secretário da mesa do Senado, Mendes Canale, que espera a aprovação, até o final do mês, de um projeto de resolução que reestruture o organograma da casa.

A discussão sobre as distorções administrativas do Senado foi desencadeada nesta semana por portaria do di-

retor administrativo da casa, Antonio Carlos Nantes de Oliveira, que assinou o ato que caiu como uma bomba sobre os funcionários e parlamentares. Pela portaria, os servidores que ocupam uma função para a qual não foram contratados devem voltar a seu cargo de origem, perdendo com isso gratificações a que têm direito. Oliveira estima que essa decisão deverá trazer uma economia de Cr\$ 100 milhões na folha de Cr\$ 1,5 bilhão destinada ao pagamento de 5,7 mil funcionários.

Essa portaria é o primeiro

ato concreto depois de várias tentativas da mesa de moralizar a administração do Senado.

Com pouco mais de dois meses no cargo, Oliveira vem marcando uma grande diferença em relação a seu antecessor, Luiz Monteiro, que de acordo com o próprio Canale não mostrou grande preocupação com os problemas da casa. "Ele nunca veio ao meu gabinete para discutir a administração do Senado", diz. Em 89, a mesa do Senado determinou a realização de um recadastramento de funcionários.